



## **AUDITORIA DE REGULARIDADE (CONTÁBIL-FINANCEIRA)**

### **Compatibilidade entre o saldo bancário da disponibilidade de caixa com os registros contábeis constantes do SIGGo no encerramento do exercício de 2014**



Brasília – 2015



## Sumário Executivo

A presente fiscalização foi determinada pelo Tribunal devido às limitações financeiras anunciadas pelo Governo do Distrito Federal no início de 2015, e a veiculação na imprensa de notícias conflitantes acerca do saldo bancário da disponibilidade de caixa desta Unidade da Federação e seu registro no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo no encerramento de 2014<sup>1</sup>.

### **O que o Tribunal buscou avaliar?**

Definiu-se como objetivo geral desta Auditoria de Regularidade verificar a compatibilidade entre o saldo bancário da disponibilidade de caixa com os registros contábeis constantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo no encerramento do exercício de 2014.

Para alcançar esse objetivo, foi proposta apenas uma questão de auditoria:

1. O saldo bancário da disponibilidade de caixa, no encerramento do exercício de 2014, é compatível com os registros contábeis do SIGGo no âmbito da Administração Direta e Indireta (exceto estatais independentes)<sup>2</sup>?

### **O que o Tribunal constatou?**

Verificou-se que o saldo contábil da Conta Única do Tesouro do Distrito Federal ficou negativo (credor) no encerramento de 2014, devido à emissão de Guias de Recebimento no SIGGo para antecipar receitas tributárias já arrecadadas, mas cujos valores ainda não foram transferidos aos cofres públicos.

Esse procedimento não tem suporte legal e permitiu a emissão de Ordens Bancárias sem o correspondente saldo bancário para honrá-las, o que de fato aconteceu em 2014 e ocasionou o saldo negativo de R\$ 18.879.276,22.

Sobre a matéria, o Decreto nº 32.598/2010 estabelece que a contabilização das receitas tributárias (e assemelhadas) deve ocorrer em, no

---

<sup>1</sup> Em janeiro de 2015, foram veiculadas notícias afirmando que, quando do encerramento do exercício de 2014: 1) havia disponível na Conta Única do Tesouro do DF e nas suas respectivas aplicações financeiras, o montante de R\$ 64.201,07; e 2) havia o montante de R\$ 1.401.906.496,56 no SIGGo referentes à conta contábil de disponibilidades de caixa e equivalente de caixa.

<sup>2</sup> O SIGGO não contém os registros contábeis referentes a empresas estatais independentes, tais como: Companhia Energética de Brasília S/A – CEB S/A, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Banco de Brasília, entre outras.



máximo, 2 (dois) dias úteis após o pagamento realizado pelo contribuinte. Não obstante, a SEF/DF está utilizando, em média, cerca de 5 (cinco) dias úteis. O atraso decorre, principalmente, do alto grau de intervenção humana nos procedimentos realizados por esta Secretaria na contabilização dos recursos próprios do GDF.

Contatou-se, também, em relação à disponibilidade de caixa do GDF, que o valor de R\$ 64.201,07, divulgado pela SEF/DF em janeiro de 2015, refere-se apenas ao saldo bancário da Conta Única do Tesouro do DF e suas aplicações financeiras, no encerramento de 2014, embora existisse à época outras contas contábeis e bancárias dispondo de recursos vinculados e não vinculados. Por outro lado, o montante de R\$1.401.906.496,56, também veiculado na mídia no início deste exercício, refere-se ao conjunto de contas contábeis relacionadas à disponibilidade de caixa, em 07/01/2015, não diferenciando recursos vinculados de não vinculados.

Ou seja, embora tratem de um mesmo objeto, os números acima são divergentes devido à metodologia empregada na sua obtenção: enquanto a primeira excluiu os recursos vinculados, a segunda os considerou; enquanto a primeira se restringiu à Conta Única do Tesouro do DF e suas aplicações financeiras, a segunda considerou todas as contas bancárias e contábeis do GDF; enquanto a primeira se referiu ao encerramento do exercício de 2014 a segunda remontou ao mês de janeiro de 2015.

Nesse sentido, mostra-se oportuno registrar que os recursos vinculados correspondem, por exemplo, a convênios, depósitos e cauções, que não podem ser utilizados com objetivo diverso da sua finalidade original, bem como contas de controle e de arrecadação.

Adicionalmente, diversas inconsistências foram detectadas nas conciliações das contas bancárias referentes à disponibilidade de caixa bruta do DF, o que compromete a fidedignidade dos respectivos registros no SIGGo .

Por fim, o exame das conciliações bancárias evidenciou a existência de um pagamento sem registro contábil no SIGGo, haja vista a sua autorização por meio do ofício<sup>3</sup> subscrito pelo ex-titular da Companhia de Desenvolvimento

---

<sup>3</sup> Ofício nº 2.538/2014-PRESI/CODHAB.



Habitacional do DF e pelo respectivo diretor financeiro à época. O evento constitui, ainda, transposição irregular de fonte de recursos e usurpação da função legislativa.

**Quais foram as proposições formuladas pela equipe de auditoria?**

Entre as determinações e recomendações propostas à Secretaria de Fazenda, destacam-se: a implantação de mecanismos a fim de detectar e alertar tempestivamente o GDF quanto a eventual contração de despesa que ultrapasse a sua capacidade de pagamento; que o processo de contabilização das receitas tributárias (e assemelhadas) no SIGGo seja efetuado em, no máximo, dois dias úteis após o recolhimento dos recursos aos cofres distritais; a normatização do procedimento de conciliação bancária das contas de disponibilidade do GDF, de modo a padronizar, ao menos, o modelo de formulário de conciliação, a metodologia contábil empregada e o detalhamento dos registros.

Além disso, como o Banco de Brasília é o principal intermediador bancário do GDF, faz-se necessário direcionar a proposição para não acatar Ordens Bancárias do complexo administrativo do GDF quando não houver saldo bancário em conta suficiente para honrá-las.

**Quais os benefícios esperados com a atuação do Tribunal?**

Espera-se que, com a adoção das medidas propostas pelo Tribunal, haja maior compatibilidade entre as informações contábeis e bancárias; torne-se o procedimento de contabilização das receitas tributárias (e assemelhadas) no SIGGo mais tempestivo de forma a aprimorar a operacionalização dos pagamentos das obrigações financeiras do DF; e aprimore-se a padronização dos registros conciliatórios. Também ocorrerá maior eficiência no processo de conciliação bancária, aprimorando a fidedignidade dos dados contábeis registrados no SIGGo, bem como a transparência na utilização dos recursos públicos distritais.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 89  
Proc.: 641/15

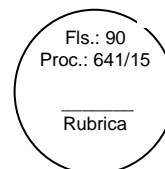
Rubrica

## ***RELATÓRIO PRÉVIO DE AUDITORIA***



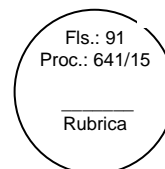


**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



## RESUMO

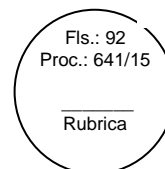
A presente Auditoria de Regularidade (contábil-financeira) foi realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, com o objetivo de verificar a compatibilidade entre o saldo bancário da disponibilidade de caixa com os registros contábeis constantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo no encerramento do exercício de 2014. Foram aplicadas as seguintes técnicas de auditoria: pesquisa e análise documental, correlação das informações obtidas, revisão analítica, entrevista e circularização. Os trabalhos desenvolvidos resultaram nos seguintes achados: 01. Saldo contábil negativo (credor) da Conta Única do Tesouro do DF no SIGGo quando do encerramento do exercício de 2014; 02. Contabilização intempestiva de receitas tributárias no SIGGo; 03. Inconformidades no procedimento de conciliação bancária das contas do GDF; 04. Pagamento sem registro contábil no SIGGo com transposição irregular de fonte de despesa.



## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>92</b>
1.1	Apresentação.....	92
1.2	Identificação do Objeto .....	92
1.3	Contextualização .....	94
1.4	Objetivos.....	94
1.4.1	Objetivo Geral .....	94
1.4.2	Objetivos Específicos .....	94
1.5	Escopo.....	95
1.6	Montante Fiscalizado .....	95
1.7	Metodologia .....	95
1.8	Critérios de auditoria.....	95
1.9	Avaliação de Risco Inerente e de Controle.....	96
1.10	Risco de Auditoria.....	97
<b>2</b>	<b>Resultados da Auditoria .....</b>	<b>98</b>
2.1	Questão de Auditoria nº 01 – O saldo bancário da disponibilidade de caixa, no encerramento do exercício de 2014, é compatível com os registros contábeis do SIGGo no âmbito da Administração Direta e Indireta (exceto estatais independentes)?.....	98
2.1.1	Achado de Auditoria nº 01 – Saldo contábil negativo (credor) da Conta Única do Tesouro do DF no SIGGo quando do encerramento do exercício de 2014.....	99
2.1.2	Achado de Auditoria nº 02 – Contabilização intempestiva de receitas tributárias no SIGGo.....	108
2.1.3	Achado de Auditoria nº 03 – Inconformidades no procedimento de conciliação bancária das contas do GDF.....	112
2.2	Outros Achados .....	123
2.2.1	Achado de Auditoria nº 04 – Pagamento sem registro contábil no SIGGo com transposição irregular de fonte de recursos.....	123
	<b>Anexo I .....</b>	<b>127</b>





## **1 Introdução**

### **1.1 Apresentação**

Trata-se de Auditoria de Regularidade (contábil-financeira) realizada na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, para verificar se o saldo bancário da disponibilidade de caixa é compatível com os registros contábeis constantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo no encerramento do exercício de 2014, conforme aprovado pela Decisão Ordinária nº 176/2015.

2. A execução da presente auditoria compreendeu o período de fevereiro a março de 2015.

### **1.2 Identificação do Objeto**

2. O objeto da auditoria abrangeu o saldo bancário da disponibilidade de caixa<sup>4</sup> do Governo do Distrito Federal no encerramento do exercício de 2014 e a sua compatibilidade com os registros contábeis constantes do SIGGo.

3. A SEF/DF tem por missão institucional prover e gerir os recursos financeiros do Distrito Federal, formulando e implementando políticas que garantam a justiça fiscal, o equilíbrio das contas públicas e o desenvolvimento de ações de governo, em benefício da população brasiliense.

4. A atual estrutura administrativa da SEF/DF foi aprovada pelo Decreto nº 34.903/2013, de 02/12/2013, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF em 03/01/2013. Vale dizer que o objeto de auditoria encontra-se operacionalizado no âmbito da Subsecretaria do Tesouro – SUTES, Subsecretaria de Contabilidade – SUCON e Subsecretaria da Receita – SUREC.

5. O SIGGo foi criado com o objetivo de operacionalizar e consolidar os registros contábeis dos órgãos que compõem o complexo administrativo do

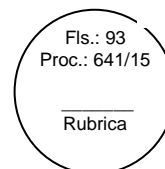
---

<sup>4</sup> Bruta.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



DF<sup>5</sup>. Assim, deve refletir com exatidão os saldos e as movimentações bancárias nele escriturados, inclusive da disponibilidade de caixa que compõe o objeto desta fiscalização.

6. Sobre a disponibilidade de caixa do erário distrital, o Decreto nº 32.598/2010, arts. 66 e 67, dispõe que:

*Art. 66. A Conta Única do Tesouro do Distrito Federal, gerida pelo órgão central de administração financeira, tem por finalidade registrar as disponibilidades financeiras do Governo, por meio do SIAC/SIGGo.*

*Parágrafo único. As contas bancárias dos fundos especiais da Administração Direta do Distrito Federal serão geridas pelo órgão central de administração financeira.*

*Art. 67. A operacionalização da Conta Única do Governo do Distrito Federal será efetuada por intermédio do BRB, em conformidade com o artigo 144 da Lei Orgânica do Distrito Federal.*

7. Para os fins propostos neste trabalho, o conceito de disponibilidade de caixa alcançou ativos de alta liquidez, para os quais não existam restrições ao uso imediato, tais como, a Conta Única do Tesouro do DF, os fundos públicos<sup>6</sup>, bem como os convênios vigentes, bem como o saldo das demais contas bancárias<sup>7</sup>.

8. Elenca-se a seguir os gestores das principais unidades relacionadas ao objeto da fiscalização, no período de planejamento desta fiscalização:

**Tabela 1: Titulares das pastas relacionadas ao objeto da fiscalização**

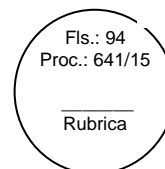
Cargo/Função	Gestor
<b>Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal</b>	<b>Leonardo Colombini Lima</b> <b>Maurício</b>
Secretário Adjunto de Estado de Fazenda do Distrito Federal	Pedro Meneguetti
Subsecretário do Tesouro	Fabício de Oliveira Barros
Subsecretario de Contabilidade	Hélvio Ferreira
Subsecretário da Receita	Hormino de Almeida Junior

Fonte: sítio eletrônico da SEF/DF e Diário Oficial do DF.

<sup>5</sup> Exceto no que tange às empresas estatais independentes, tais como, Companhia Energética de Brasília S/A – CEB S/A, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Banco de Brasília, entre outras.

<sup>6</sup> Fundo de Saúde do Distrito Federal, Fundo da Procuradoria-Geral do DF, Fundo de Desenvolvimento Rural do DF, entre outros.

<sup>7</sup> Ressalvada a vinculação de parte desses recursos à sua finalidade específica, como é o caso de convênios.



### **1.3 Contextualização**

9. Tendo em vista o fim do mandato do ex-titular do Poder Executivo do DF em 2014, bem como a veiculação na imprensa de notícias conflitantes<sup>8</sup> acerca do saldo bancário da disponibilidade de caixa do GDF e seu registro no SIGGo quando do encerramento do referido exercício, esta Corte entendeu ser necessário demandar fiscalização a fim de verificar a compatibilidade entre eles.

10. Diferente de trabalhos anteriormente realizados<sup>9</sup>, nos quais o valor da disponibilidade de caixa do GDF foi determinado exclusivamente por meio de dados extraídos do SIGGo, esta Auditoria de Regularidade buscou aferi-lo a partir dos saldos das contas bancárias do GDF mantidas em instituições financeiras, a saber, Banco de Brasília S/A, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal.

### **1.4 Objetivos**

#### **1.4.1 Objetivo Geral**

11. A presente auditoria tem por objetivo verificar a compatibilidade entre o saldo bancário da disponibilidade de caixa com os registros contábeis constantes do SIGGo no encerramento do exercício de 2014.

#### **1.4.2 Objetivos Específicos**

12. A questão de auditoria fica assim definida:

1. O saldo bancário da disponibilidade de caixa, no encerramento do exercício de 2014, é compatível com os registros contábeis do SIGGo no âmbito da Administração Direta e Indireta (exceto estatais independentes)<sup>10</sup>?

<sup>8</sup> Em janeiro de 2015, foram veiculadas notícias afirmando que, quando do encerramento do exercício de 2014: 1) havia disponível na Conta Única do Tesouro do DF e nas suas respectivas aplicações financeiras, no montante de R\$ 64.201,07; e 2) havia o montante de R\$ 1.401.906.496,56 no SIGGo referentes à conta contábil de disponibilidades de caixa e equivalente de caixa.

<sup>9</sup> Com o fito de verificar o atendimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

<sup>10</sup> O SIGGO não contém os registros contábeis referentes a empresas estatais independentes, tais como: Companhia Energética de Brasília S/A – CEB S/A, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Banco de Brasília, entre outras.



## 1.5 Escopo

13. A auditoria abrangeu o saldo bancário da disponibilidade de caixa do GDF no encerramento do exercício de 2014, bem como as eventuais conciliações que se fizeram necessárias.

## 1.6 Montante Fiscalizado

14. O montante fiscalizado, de acordo com o SIGGo, consta da Tabela 1:

**Tabela 1: Montante fiscalizado**

<b>Saldo da Conta Única do DF no encerramento do exercício de 2014*</b>	<b>R\$ 1.041.882.865,01</b>
---	-----------------------------

\*Balancete Contábil Detalhado (transação PSiAG001), conta contábil 111000000, mês 14 (encerramento de exercício).  
Fonte: SIGGo (PT 05).

## 1.7 Metodologia

15. Os procedimentos e técnicas utilizados na execução da presente auditoria encontram-se registrados na Matriz de Planejamento (Papel de Trabalho – PT 01<sup>11</sup>), merecendo destaque pesquisa e análise documental, correlação das informações obtidas, revisão analítica, entrevista e benchmarking.

16. A relação de contas contábeis existentes no SIGGo foi obtida por meio de arquivo extraído da base de dados do referido sistema e encaminhado pela Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública (Papel de Trabalho – PT 04<sup>12</sup>). As informações necessárias para proceder ao cotejamento dos dados contábeis e bancários foram obtidas principalmente junto à SUTES, SUCON e Fundo de Saúde do DF, e a seleção destas com seu posterior tratamento estão expostos no Achado nº 03.

## 1.8 Critérios de auditoria

17. Foram utilizados os seguintes critérios:

- Constituição Federal/1988, art. 167, VI;

<sup>11</sup> E-doc nº 348D1740-e

<sup>12</sup> Este Papel de Trabalho consta como associado no Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.



- Lei Complementar nº 101/2001 – LRF, art. 44;
- Lei nº 4.320/1964, art. 64;
- Decreto nº 32.598/2010, arts. 2º, I; 76; e 129;
- Decreto nº 32.767/2011, art. 1º, parágrafo único e I; art. 3º, §1º;
- Decreto nº 35.565/2014, arts. 21, I e 123, I e IV;
- Resolução CFC nº 750/1993, art. 6º - Princípio da Oportunidade;
- Os registros contábeis do SIGGo devem refletir com exatidão o saldo bancário da disponibilidade de caixa do Governo do Distrito Federal;
- A conciliação bancária deve explicar o que ensejou eventuais divergências entre os saldos bancário e contábil, indicando quais registros deixaram de ser computados ou que foram retificados no período a que ela se refere.

### **1.9 Avaliação de Risco Inerente e de Controle**

18. A Avaliação de Riscos objetiva delimitar a natureza, extensão e profundidade dos testes a serem realizados na auditoria.

19. Para aferir o Risco Inerente ao objeto de auditoria consideraram-se as seguintes variáveis: gravidade<sup>13</sup>, urgência<sup>14</sup>, tendência<sup>15</sup>, criticidade<sup>16</sup>, relevância<sup>17</sup> e materialidade<sup>18</sup>, relativas ao jurisdicionado e à matéria a ser auditada, conforme Tabela 2:

<sup>13</sup> Representa o impacto, a médio e longo prazo, do problema analisado caso ele venha a acontecer sobre aspectos, tais como: tarefas, pessoas, resultados, processos, organizações, entre outros.

<sup>14</sup> Representa o prazo, o tempo disponível ou necessário para resolver um determinado problema analisado. Quanto maior a urgência, menor será o tempo disponível para resolver esse problema. Deve ser avaliada tendo em vista a necessidade de se propor soluções a fim melhorar a gestão da/do referida matéria/órgão.

<sup>15</sup> Representa o potencial de crescimento do problema e a probabilidade deste se agravar. Recomenda-se fazer a seguinte pergunta: "Se esse problema não foi resolvido agora, ele vai piorar pouco a pouco ou vai piorar bruscamente?"

<sup>16</sup> Pode-se medir a complexidade avaliando se os constituintes da matéria são heterogêneos, se há multiplicidade nas ações, interações e acontecimentos e se há a presença de traços de confusão, acasos, caos, ambiguidades, e incertezas.

<sup>17</sup> A relevância deve ser avaliada, independentemente da materialidade do objeto de auditoria, a fim de buscar a importância qualitativa das ações em estudo, quanto à sua natureza, contexto de inserção, fidelidade, integralidade das informações.

<sup>18</sup> A materialidade traduz a razão entre a despesa autorizada relativa à(s) matéria(s) auditada(s) e o total da despesa autorizada para o órgão no exercício, excluídas as despesas com pessoal e encargos.



Tabela 2: Matriz de Risco Inerente

<b>Matriz de Risco Inerente</b>		
	SEF/DF	Disponibilidade Financeira
Gravidade		
Urgência		
Tendência		
Complexidade		
Relevância		
Materialidade		
TOTAL		
Média		
Risco inerente (percentual)	72%	

## Legenda:

	Baixa
	Média
	Alta
	N/A

20. A materialidade foi avaliada como “não aplicável” dada a impossibilidade material de comparar o valor da disponibilidade de caixa do GDF, o qual esta fiscalização busca aferir, com os correspondentes valores orçados e executados no âmbito da Secretaria, por tratar-se de grandezas contábeis diversas.

21. No tocante ao Risco de Controle, aplicou-se aos titulares dos setores das Subsecretarias de Contabilidade e do Tesouro – SUCON e SUTES, respectivamente, o questionário associado aos autos como PT 02<sup>19</sup>, o qual foi elaborado considerando os componentes definidos na metodologia do COSO II – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, estimando o **Risco de Controle como Médio (47,50%)**<sup>20</sup>.

### 1.10 Risco de Auditoria

22. Uma vez que o Risco Inerente foi avaliado como alto (72%)<sup>21</sup> e os controles internos como adequados (por conta do Risco de Controle em

<sup>19</sup> PT 02 (associado ao Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF).

<sup>20</sup> Obtido por meio de uma ponderação das respostas da SUCON e SUTES.

<sup>21</sup> Considerando que o Risco Inerente seria baixo se inferior a 33%, moderado se entre 33% e 66%, e elevado se superior a 66%.



42,50%)<sup>22</sup>, de acordo com a tabela 1 da seção 4.9 do Manual de Auditoria do TCDF, foi preciso um grau de testes moderado a alto a fim de minimizar o risco de auditoria.

## 2 Resultados da Auditoria

### 2.1 Questão de Auditoria nº 01 – O saldo bancário da disponibilidade de caixa, no encerramento do exercício de 2014, é compatível com os registros contábeis do SIGGo no âmbito da Administração Direta e Indireta (exceto estatais independentes)<sup>23</sup>?

*Sim<sup>24</sup>, no que tange à Conta Única do Tesouro do Distrito Federal e aplicações financeiras a ela vinculadas, realizadas as devidas conciliações bancárias. Neste caso, mediante conciliação, os saldos bancário e contábil da disponibilidade de caixa foram compatíveis no encerramento do exercício de 2014, no valor de R\$ 64.201,07. Destaca-se o expressivo montante de operações registradas no SIGGo e não efetivadas nas instituições financeiras, da ordem de R\$ 18 milhões, que decorrem, principalmente, de um conjunto de Ordens Bancárias emitidas nos dias 30 e 31/12/2014 e não sacadas por insuficiência de saldo. Contribuiu para essa situação o descontrole do procedimento de emissão e estorno de Guias de Recebimento no SIGGo por parte da SUTES, utilizado como artifício contábil para possibilitar o cumprimento tempestivo do cronograma de despesas do GDF em 2014, aliado à intempestividade da contabilização de receitas tributárias (e assemelhadas). Quanto às demais contas de disponibilidade de caixa, na amostra analisada constataram-se diversas inconsistências nas conciliações bancárias que comprometem a fidedignidade dos registros contábeis.*

<sup>22</sup> Considerando que os controles internos seriam fracos se o Risco de Controle fosse superior a 66%, adequados se o Risco de Controle estivesse entre 33% e 66%, e fortes se este fosse inferior a 33%.

<sup>23</sup> O SIGGO não contém os registros contábeis referentes a empresas estatais independentes, tais como: Companhia Energética de Brasília S/A – CEB S/A, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, Banco de Brasília, entre outras.



### **2.1.1 Achado de Auditoria nº 01 – Saldo contábil negativo (credor) da Conta Única do Tesouro do DF no SIGGo quando do encerramento do exercício de 2014.**

#### ***Critério***

23. Os registros contábeis do SIGGo devem refletir com exatidão o saldo bancário da disponibilidade de caixa do Governo do Distrito Federal.

24. Decreto nº 35.565/2014, arts. 21, I<sup>25</sup> e 123, I e IV<sup>26</sup>. Decreto nº 32.767/2011, art. 1º, parágrafo único e I<sup>27</sup>. Resolução CFC nº 750/1993, art. 6º - Princípio da Oportunidade<sup>28</sup>.

#### ***Análises e Evidências***

25. A partir da análise dos balancetes contábeis consolidados do GDF no SIGGo (transação PSIAG001) referentes ao encerramento do exercício de 2014, constatou-se que o saldo contábil da Conta Única do Tesouro do DF<sup>29</sup> no encerramento do exercício de 2014 restou negativo<sup>30</sup> no montante de R\$ 18.879.276,22 conforme acostado no PT 05<sup>31</sup>. Destaca-se, ainda, que o saldo

<sup>25</sup> Art. 21. À Subsecretaria da Receita - SUREC, órgão de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Fazenda, compete:

I - coordenar, orientar e normatizar as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização;

<sup>26</sup> Art. 123. À Subsecretaria de Contabilidade, órgão de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Fazenda, compete:

I - supervisionar as operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial do Distrito Federal, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis;

II - definir, normatizar e coordenar os procedimentos atinentes às operações de contabilidade dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal;

III - coordenar, orientar e supervisionar a elaboração e a divulgação dos relatórios exigidos na legislação federal relativos à responsabilidade na gestão fiscal;

IV - coordenar o Comitê Gestor do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo;

<sup>27</sup> Art. 1º A "Conta Única" do Tesouro do Distrito Federal tem por finalidade acolher a arrecadação de todas e quaisquer receitas do Distrito Federal e será gerida pela Diretoria Geral de Gestão Financeira – DIGEF, da Subsecretaria do Tesouro – SUTES, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF, através do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo.

Parágrafo único. O gerenciamento dos recursos financeiros a que se refere o caput deste artigo tem como objetivo:

I - manter a disponibilidade financeira em nível capaz de atender à programação financeira de desembolso, dentro dos parâmetros estabelecidos em lei;

<sup>28</sup> Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

<sup>29</sup> Conta contábil nº 111110200.

<sup>30</sup> Tratando-se de conta ordinária de Ativo, leia-se que o saldo contábil encontrado foi credor.

<sup>31</sup> Associado ao Sistema de Protocolo Eletrônico (e-TCDF).





da Conta Única do Tesouro disponível para o gerenciamento da SUTES (UG 130101), estava negativo em R\$321.686.191,15 (PT 05).

26. O mesmo não se repete com o saldo das contas bancárias correspondentes à Conta Única do Tesouro do DF, as quais encerraram o exercício de 2014 com o montante positivo de R\$ 64.201,07<sup>32</sup> (Ofício nº 43/2015-GAB/SUTES)<sup>33</sup>. Entretanto, após a conciliação, verificou-se a compatibilidade entre os saldos contábil e bancário desta.

27. A diferença anteriormente identificada se deve principalmente a numerosas Ordens Bancárias (OBs) registradas no SIGGo, nos dias 30 e 31/12/2014, que não chegaram a ter o saque bancário efetuado por ausência de saldo (PT 05<sup>34</sup>)<sup>35</sup>. No entanto, a emissão dessas OBs só foi possível porque havia disponibilidade de caixa para tanto no SIGGo, em que pese o saldo financeiro real da conta bancária estivesse praticamente exaurido.

28. Isso decorreu de um procedimento realizado pela Subsecretaria do Tesouro do DF – SUTES que consistiu em emitir Guias de Recebimento – GRs para antecipar receitas orçamentárias já arrecadadas (possibilitando, assim, pagamentos<sup>36</sup> via Ordem Bancária) e estorná-las posteriormente quando o montante dessas receitas era contabilizado no SIGGo. Cumpre mencionar que o conjunto de GRs emitidas no exercício de 2014, proveniente do procedimento descrito acima, totalizou R\$ 2.076.000.000,00. (PT 06<sup>37</sup>)

29. Consta na Tabela 3 apuração da evolução mensal do uso deste instrumento (emissão de GRs) no exercício de 2014, de modo a ilustrar o descompasso entre a emissão e estorno de GRs no decorrer do ano, bem como o acúmulo de valores emitidos e disponíveis no SIGGo sem a respectiva compensação, fato que se agravou a partir de maio de 2014, permanecendo

<sup>32</sup> Salienta-se que este saldo poderia ser ainda menor caso o valor remanescente estivesse em alguma aplicação financeira com resgate automático e alguma das ordens bancárias possuísse valor inferior ao saldo restante em conta corrente.

<sup>33</sup> e-DOC nº [E3282F96](#): Resposta à Nota de Auditoria nº 02\_641/2015-e (fl. 02).

<sup>34</sup> Associado ao Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.

<sup>35</sup> Analogamente, seria como se um particular emitisse cheques sem fundos e a instituição financeira não os estornasse de pronto, aguardando até o momento em que aquele teria como saldá-los (desconsiderando o instrumento do chamado “cheque especial”).

<sup>36</sup> Os quais, em sua maioria, referem-se a despesas de pessoal (PT 05).

<sup>37</sup> Este Papel de Trabalho consta como associado no Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.



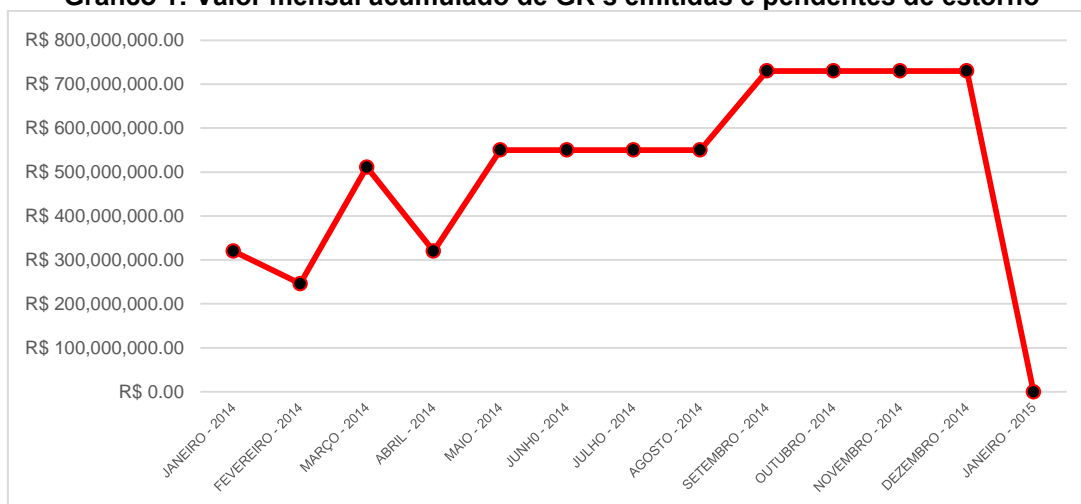
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 101  
Proc.: 641/15

Rubrica

em condição crítica até o final do exercício, quando houve a realização dos ajustes contábeis (em janeiro de 2015), conforme também pode ser acompanhado no Gráfico 1:

**Gráfico 1: Valor mensal acumulado de GR's emitidas e pendentes de estorno**



Fonte: SIGGO (PT 06)

**Tabela 3 – Evolução mensal da emissão e estorno de GRs no SIGGO pela SUTES**

Mês	Valor Emitido (A)	Valor Estornado (B)	DIFERENÇA (C) = (A)-(B)	ACUMULADO (D)
JANEIRO - 2014	R\$ 585.000.000,00	R\$ 265.000.000,00	R\$ 320.000.000,00	R\$ 320.000.000,00
FEVEREIRO - 2014	R\$ 426.000.000,00	R\$ 500.000.000,00	-R\$ 74.000.000,00	R\$ 246.000.000,00
MARÇO - 2014	R\$ 300.000.000,00	R\$ 35.000.000,00	R\$ 265.000.000,00	R\$ 511.000.000,00
ABRIL - 2014	R\$ 75.000.000,00	R\$ 266.000.000,00	-R\$ 191.000.000,00	R\$ 320.000.000,00
MAIO - 2014	R\$ 410.000.000,00	R\$ 180.000.000,00	R\$ 230.000.000,00	R\$ 550.000.000,00
JUNHO - 2014	R\$ 100.000.000,00	R\$ 100.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 550.000.000,00
JULHO - 2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 550.000.000,00
AGOSTO - 2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 550.000.000,00
SETEMBRO - 2014	R\$ 180.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 180.000.000,00	R\$ 730.000.000,00
OUTUBRO - 2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 730.000.000,00
NOVEMBRO - 2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 730.000.000,00
DEZEMBRO - 2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 730.000.000,00
JANEIRO - 2015	R\$ 0,00	R\$ 730.000.000,00	-R\$ 730.000.000,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.076.000.000,00</b>	<b>R\$ 2.076.000.000,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>N/A</b>

Fonte: SIGGO (PT 06)

30. Ademais, destaca-se o expressivo lapso temporal entre a emissão das GRs e seu posterior estorno, chegando a alcançar 285 dias e perdurando em média 96 dias, conforme demonstrado na Tabela 4, sendo que em mais de 50% das situações os estornos foram efetuados, no mínimo, 49 dias após a emissão, ou seja, em data bastante posterior ao encerramento do respectivo mês em que foi emitido. Senão, veja-se:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 102  
Proc.: 641/15

Rubrica

**Tabela 4 – Análise dos valores e prazos individuais de emissão-estorno de GRs**

Nº	Número da GR original	Valor (R\$)	Data da emissão	Número da GR de estorno	Data do lançamento do estorno	Tempo entre emissão e estorno (dias)
1	2014GR00002	35.000.000,00	03/01/2014	2014GR00349	27/01/2014	24
2	2014GR00003	230.000.000,00	06/01/2014	2014GR00350	27/01/2014	21
3	2014GR00354	20.000.000,00	27/01/2014	2014GR00730	06/02/2014	10
4	2014GR00391	80.000.000,00	28/01/2014	2014GR00729	06/02/2014	9
5	2014GR00392	90.000.000,00	28/01/2014	2014GR00874	12/02/2014	15
6	2014GR00393	70.000.000,00	28/01/2014	2014GR00878	12/02/2014	15
7	2014GR00394	60.000.000,00	28/01/2014	2014GR00879	12/02/2014	15
8	2014GR00693	60.000.000,00	05/02/2014	2014GR00985	14/02/2014	9
9	2014GR00875	30.000.000,00	12/02/2014	2014GR00990	14/02/2014	2
10	2014GR00876	40.000.000,00	12/02/2014	2014GR00991	14/02/2014	2
11	2014GR00877	50.000.000,00	12/02/2014	2014GR03615	11/04/2014	58
12	2014GR01011	5.000.000,00	14/02/2014	2014GR02426	24/03/2014	38
13	2014GR01024	50.000.000,00	17/02/2014	2014GR03768	17/04/2014	59
14	2014GR01114	40.000.000,00	19/02/2014	2014GR03520	09/04/2014	49
15	2014GR01156	10.000.000,00	20/02/2014	2014GR02429	24/03/2014	32
16	2014GR01157	5.000.000,00	20/02/2014	2014GR02427	24/03/2014	32
17	2014GR01166	50.000.000,00	20/02/2014	2014GR01167	20/02/2014	0
18	2014GR01205	30.000.000,00	21/02/2014	2014GR03517	09/04/2014	47
19	2014GR01577	5.000.000,00	26/02/2014	2014GR02428	24/03/2014	26
20	2014GR01578	10.000.000,00	27/02/2014	2014GR02430	24/03/2014	25
21	2014GR01592	20.000.000,00	27/02/2014	2014GR03519	09/04/2014	41
22	2014GR01732	40.000.000,00	06/03/2014	2014GR03521	09/04/2014	34
23	2014GR01777	50.000.000,00	07/03/2014	2014GR05018	19/05/2014	73
24	2014GR01778	60.000.000,00	07/03/2014	2014GR05019	19/05/2014	73
25	2014GR02686	70.000.000,00	27/03/2014	2014GR05020	19/05/2014	53
26	2014GR01086	21.000.000,00	18/02/2014	2014GR03518	09/04/2014	50
27	2014GR03528	15.000.000,00	10/04/2014	2014GR03616	11/04/2014	1
28	2014GR06351	100.000.000,00	12/06/2014	2014GR06420	16/06/2014	4
29	2014GR02687	80.000.000,00	27/03/2014	2014GR15144	06/01/2015	285
30	2014GR03527	50.000.000,00	10/04/2014	2014GR15145	06/01/2015	271
31	2014GR04488	10.000.000,00	07/05/2014	2014GR15146	06/01/2015	244
32	2014GR03786	10.000.000,00	22/04/2014	2014GR15147	06/01/2015	259
33	2014GR04933	40.000.000,00	16/05/2014	2014GR15148	06/01/2015	235
34	2014GR04934	20.000.000,00	16/05/2014	2014GR15149	06/01/2015	235
35	2014GR05023	40.000.000,00	19/05/2014	2014GR15151	06/01/2015	232
36	2014GR05024	60.000.000,00	19/05/2014	2014GR15152	06/01/2015	232
37	2014GR05025	20.000.000,00	19/05/2014	2014GR15153	06/01/2015	232
38	2014GR05385	50.000.000,00	28/05/2014	2014GR15155	06/01/2015	223
39	2014GR04441	100.000.000,00	07/05/2014	2014GR15347	08/01/2015	246
40	2014GR05386	70.000.000,00	28/05/2014	2014GR15348	08/01/2015	225
41	2014GR09844	50.000.000,00	03/09/2014	2014GR15349	08/01/2015	127
42	2014GR09845	60.000.000,00	03/09/2014	2014GR15350	08/01/2015	127
43	2014GR09848	70.000.000,00	03/09/2014	2014GR15351	08/01/2015	127

Fonte: SIGGo, 2014. (PT 05 e 06)

**Tabela 5: Informações estatísticas – emissão/estorno de GR's**

Cálculo de dias entre a emissão da GR original e o lançamento da GR de estorno		
Informação estatística	Dias	Meses
MÉDIA	96	3,2
MEDIANA	49	1,6
MÍN	0	0,0
MAX	285	9,5

Fonte: SIGGo, 2014. (PT 06)

31. Instada a se manifestar sobre a matéria, a SUTES alegou que, embora não haja previsão normativa para esse procedimento, ele se fez necessário para operacionalizar tempestivamente os recursos distritais (os quais já constavam na conta bancária quando da emissão das GRs) com vistas a honrar as obrigações financeiras, sob pena de atrasos no cronograma de pagamentos estabelecido pelo GDF (Ofício nº 43/2015<sup>38</sup>).

32. Segundo a SUTES, o que motivou a realização desse ajuste contábil foi o fato de as receitas tributárias arrecadadas não serem contabilizadas tempestivamente no SIGGo<sup>39</sup> e de forma concomitante ao recolhimento (transferência dos recursos aos cofres distritais), o que ensejou uma situação em que havia saldo bancário mas não contábil, impedindo, a priori, a emissão de OBs para honrar os compromissos assumidos pelo GDF.

33. A SUCON manifestou-se sobre a matéria por meio do Memorando nº 187/2014-SUCON/SEF, de 28/10/2014, alegando que alertou a SUTES quanto à necessidade de serem efetuadas as regularizações (Ofício nº 15/2015-SUCON/SEF)<sup>40</sup>.

34. Acrescentou a SUCON que tal procedimento ensejou registro nas contas contábeis 218815003 – Outros Valores Pendentes – Conciliação Bancária e 721192100 – Controle de Disponibilidade do Exercício. Por conseguinte, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária relativo ao 5º bimestre de 2014, elaborado pela SUCON, constou que “os valores da Disponibilidade de Caixa Bruta estão deduzidos dos valores da conta contábil

<sup>38</sup> e-DOC [E3282F96](#): Resposta à Nota de Auditoria nº 02\_641/2015-e (fl. 02).

<sup>39</sup> Matéria tratada no achado de auditoria seguinte.

<sup>40</sup> e-DOC [COEB2CAF](#): Resposta à Nota de Auditoria nº 03\_641/2015-e (fl. 11).



*218815003 no bimestre anterior e no bimestre atual”.*

35. A SUCON destacou, ainda, que a conciliação bancária das contas correntes e das aplicações financeiras do GDF relativas ao período de fevereiro a agosto/2014 somente foram entregues àquela Subsecretaria em setembro/2014, nas quais constavam a existência e permanência de GRs lançadas no SIGGo e não na instituição financeira desde o mês de março/2014, e alertou para a necessidade de regularização destas (as quais deveriam ocorrer dentro do mês de emissão) tendo em vista a proximidade do fim do referido exercício.

36. Quanto ao assunto, cabe asseverar que a SUTES não observou o princípio da segregação de funções ao realizar o procedimento de emissão de GRs, uma vez que não se mostra razoável que o mesmo órgão que realiza pagamentos em nome do GDF detenha meios para aumentar o saldo contábil necessário para realizá-los, por meio de artifícios no SIGGo.

37. De fato, em que pese a ausência de previsão legal para esse procedimento (informação corroborada pela própria SUTES, constante do Ofício nº 43/2015<sup>41</sup>), caso seja estritamente necessário realizá-lo sob pena de um colapso do cronograma de despesas do GDF, mostra-se de bom alvitre que a SUREC e/ou a SUCON o efetue ou, ao menos, autorize(m) a sua realização mediante análise prévia, haja vista a competência institucional destas unidades de, respectivamente: coordenar, orientar e normatizar as atividades de arrecadação do DF<sup>42</sup>; e supervisionar as operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial do DF e coordenar o Comitê Gestor do SIGGo<sup>43</sup>.

38. Sobre a emissão de Ordens Bancárias nos dias 30 e 31/12/2014 além do saldo bancário da Conta Única do Tesouro do DF, a SUTES alegou que:

<sup>41</sup> e-DOC E3282F96: Resposta à Nota de Auditoria nº 02\_641/2015-e.

<sup>42</sup> Decreto nº 35.565/2014, art. 21, I.

<sup>43</sup> Decreto nº 35.565/2014, art. 123, I e IV.



[...]

*Acrésceta-se ainda que era esperado um ingresso de receita advinda do Fundo Constitucional no dia 31/12/2014, no montante de R\$ 42.479.157,32 – conforme anexo – porém este fato não se concretizou. Este recurso só ingressou no primeiro dia útil do exercício de 2015, data em que se procedeu a regularização do saldo credor citado.*

39. O montante de Ordens Bancárias que poderiam ser emitidas sem saldo bancário correspondente para honrá-las poderia ter sido muito superior ao montante de aproximadamente R\$14.000.000,00 então registrados nos dias 30 e 31/12/2014. Isso porque as Unidades Gestoras emitentes eram outras que não a própria SEF/DF<sup>44</sup>. Logo, havendo margem orçamentária<sup>45</sup>, estas UGs poderiam ter contribuído para um saldo contábil credor (negativo) da Conta Única do Tesouro do DF ainda mais expressivo do que o apurado, haja vista que, em tese, a discrepância entre o saldo contábil e o bancário na UG 130101 (SEF/DF) não era de conhecimento delas (PT 05<sup>46</sup>).

40. Vale ressaltar que 15 desses estornos foram lançados no SIGGo já no exercício de 2015<sup>47</sup> (após a SUCON possibilitar a inversão de saldo da Conta Única do Tesouro do DF justamente para viabilizar os estornos) conforme indicado no PT 05 e no gráfico 1, comprovando que houve descontrole administrativo no procedimento de emissão e estorno de GRs por parte da SUTES.

41. Por fim, salienta-se que o referido procedimento perdura no exercício de 2015, conforme se aduz da leitura do PT 05, em que se verifica a emissão e estorno de GRs durante o mês de janeiro.

42. Contatou-se, também, em relação à disponibilidade de caixa do GDF, que o valor de R\$ 64.201,07 (Ofício nº 43/2015<sup>48</sup>), divulgado pela SEF/DF em janeiro de 2015, refere-se apenas ao saldo bancário da Conta

<sup>44</sup> Em tempo, grande parte das OBs foram emitidas pelo Departamento de Estradas e Rodagem do DF – DER/DF, UG/Gestão 200202/20202.

<sup>45</sup> Uma vez que já havia margem financeira nestas, conforme se aduz do PT05.

<sup>46</sup> Associado ao Sistema de Protocolo Eletrônico (e-TCDF).

<sup>47</sup> Em que pese a emissão ter acontecido em 31/12/2014, os lançamentos se deram em 2015 (PT 05). Essa possibilidade é factível tendo em vista que a contabilidade do mês se encerra alguns dias após o seu fim.

<sup>48</sup> e-DOC [E3282F96](#): Resposta à Nota de Auditoria nº 02\_641/2015-e (fl. 4).



Única do Tesouro do DF e suas aplicações financeiras, no encerramento de 2014, embora existisse à época outras contas contábeis e bancárias dispondo de recursos vinculados e não vinculados. Por outro lado, o montante de R\$1.401.906.496,56 (PT 13<sup>49</sup>), também veiculado na mídia no início deste exercício, refere-se ao saldo do conjunto de contas contábeis relacionadas à disponibilidade de caixa, em 07/01/2015, não diferenciando recursos vinculados de não vinculados.

43. Ou seja, embora tratem de um mesmo objeto, os números acima são divergentes devido à metodologia empregada na sua obtenção: enquanto a primeira se refere a saldo bancário, a segunda versa sobre saldo contábil; enquanto a primeira excluiu os recursos vinculados, a segunda os considerou; enquanto a primeira se restringiu à Conta Única do Tesouro do DF e suas aplicações financeiras, a segunda considerou todas as contas bancárias e contábeis do GDF; enquanto a primeira se referiu ao encerramento do exercício de 2014, a segunda remontou ao mês de janeiro de 2015.

44. Nesse sentido, mostra-se oportuno registrar que os recursos vinculados correspondem, por exemplo, a convênios, depósitos e cauções, que não podem ser utilizados com objetivo diverso da sua finalidade original, bem como contas de controle e de arrecadação.

### ***Causas***

45. Descontrole do procedimento de emissão e estorno de Guias de Recebimento. Intempestividade na contabilização da receita orçamentária no SIGGo pela SEF/DF. Falha na segregação de funções administrativas no âmbito da SEF/DF. Realização de registros contábeis sem a devida documentação comprobatória.

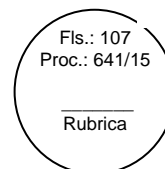
### ***Efeitos***

46. Incompatibilidade do saldo contábil da Conta Única do DF com o saldo bancário correspondente. Emissão de Ordens Bancárias em montante superior ao saldo bancário.

---

<sup>49</sup> Este Papel de Trabalho consta como associado no Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.





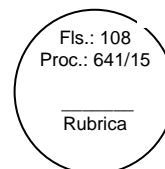
### ***Proposições***

47. Após a manifestação do jurisdicionado sobre os achados de auditoria e seus tópicos, caso inexista alteração do conteúdo destes, serão submetidas à deliberação do egrégio Plenário, ao menos, as seguintes proposições:

- I. determinar à SEF/DF que:
  - a. abstenha-se de efetuar lançamentos contábeis no SIGGo sem documentação comprobatória que os sustente;
  - b. implante mecanismos de monitoramento e controle das transações no SIGGo que tenham o condão de distorcer a capacidade de pagamento do Governo do Distrito Federal;
  - c. observe o princípio da segregação de funções ao efetuar lançamentos contábeis no SIGGo, atentando-se para as competências regimentais de cada Subsecretaria;
  - d. implante mecanismos capazes de detectar e alertar tempestivamente o GDF quanto a eventual contração de despesa que ultrapasse a sua capacidade de pagamento, mormente aquela relacionada à Conta Única do DF;
- II. determinar à SEF/DF, ainda, que elabore e remeta a esta Corte um Plano de Ação com objetivo de implantar as medidas indicadas nos itens “I.b” e “I.d”, contendo cronograma de ações completo, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados constando prazo e a unidade/setor responsável pela execução;
- III. determinar ao BRB que se abstenha de acatar Ordens Bancárias do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal quando não houver saldo bancário em conta suficiente para honrá-las.

### ***Benefícios Esperados***

48. Compatibilidade entre as informações contábeis e bancárias.
49. Evitar que as Unidades Gestoras distritais interpretem de forma equivocada o saldo das disponibilidades financeiras do GDF, emitindo OBs



sem o correspondente saldo bancário.

### **2.1.2 Achado de Auditoria nº 02 – Contabilização intempestiva de receitas tributárias no SIGGo.**

#### ***Critério***

50. Os registros contábeis do SIGGo devem refletir com exatidão o saldo bancário da disponibilidade de caixa do Governo do Distrito Federal.

51. Decreto nº 32.598/2010, art. 2º, inciso I<sup>50</sup>. Resolução CFC nº 750/1993, art. 6º - Princípio da Oportunidade<sup>51</sup>.

#### ***Análises e Evidências***

52. Verificou-se que a contabilização das receitas tributárias (e assemelhadas) no SIGGo ocorre frequentemente em prazo superior a 02 (dois) dias úteis após seu ingresso nos cofres distritais, em desacordo com o prazo fixado no Decreto nº 32.598/2010, art. 2º, inciso I, conforme Tabela 6.

53. De fato, conforme se depreende da leitura do PT 09<sup>52</sup> há um expressivo lapso temporal entre o recolhimento dos valores arrecadados<sup>53</sup> e a contabilização destes no SIGGo, o qual resta por atrasar a operacionalização de pagamentos de obrigações financeiras do GDF.

54. Com base no histórico do envio de arquivos referentes à arrecadação de receitas tributárias durante o exercício de 2014 foi realizada uma análise diária dos prazos transcorridos desde o momento da arrecadação até seu efetivo registro contábil, sendo efetuada a consolidação mensal destes dados, conforme consta da Tabela 6.

<sup>50</sup> Art. 2º Compete à Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal: I – manter atualizada a receita arrecadada nas rubricas orçamentárias próprias, por intermédio do Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGEST e do Demonstrativo Diário de Arrecadação – DDAR, de forma que as informações estejam registradas no Sistema Integrado de Administração Contábil – SIAC/SIGGo por meio de computação eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o seu ingresso nos cofres do Tesouro do Distrito Federal.

<sup>51</sup> Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

<sup>52</sup> Este Papel de Trabalho consta como associado no Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.

<sup>53</sup> A título de receitas tributárias (e assemelhadas).



**Tabela 6: Prazo médio mensal para contabilização de receitas no SIGGO em 2014.**

MÊS	Média de tempo de acúmulo dos lotes de arrecadação. <sup>54</sup>	Média de Prazo para o envio (após acúmulo). <sup>55</sup>	Média de Prazo até o envio para Registro Contábil <sup>56</sup>
JANEIRO	3,32	4,68	8,00
FEVEREIRO	6,00	1,57	7,57
MARÇO	2,81	1,38	4,19
ABRIL	2,00	1,05	3,05
MAIO	2,05	0,20	2,25
JUNHO	2,60	1,35	3,95
JULHO	4,00	0,95	4,95
AGOSTO	2,70	0,89	3,59
SETEMBRO	1,79	1,54	3,33
OUTUBRO	3,48	1,22	4,70
NOVEMBRO	4,14	1,81	5,95
DEZEMBRO	1,90	1,38	3,29
<b>Total Geral</b>	<b>3,06</b>	<b>1,50</b>	<b>4,56<sup>57</sup></b>

Fonte: PT 09 (Ofício nº 19/2015 – SUTIC-SEF) e PT 08

55. A Tabela 7 demonstra que no exercício de 2014 a contabilização das receitas tributárias foram efetivadas de modo aderente ao normativo em apenas 32,1% das situações (dias de arrecadação), ou seja, a praxe foi o descumprimento do prazo fixado no Decreto nº 32.598/2010, art. 2º, inciso I.

**Tabela 7: Informações Estatísticas sobre Arrecadação e Contabilização de receitas**

Cumpre o prazo de até 2 dias úteis?	Total de Situações	%
Cumpre	84	32,1%
Descumpre	175	67,9%
<b>Total</b>	<b>259</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SUTIC/SEF/DF (PT 08)

56. Já o Gráfico 2 apresenta um panorama das situações de desconformidade, demonstrando o grau de ineficiência no processo de envio para contabilização das receitas no SIGGo, sendo que em 46% das ocasiões o prazo excedeu a 5 dias úteis<sup>58</sup>. Vale ressaltar que a situação de maior intempestividade registrada em 2014 alcançou 17 dias úteis, referente a arrecadação de 02/01/2014, contabilizada apenas em 27/01/2014 (PT 09<sup>59</sup>).

<sup>54</sup> É o tempo transcorrido entre a data inicial e final para fechamento dos “lotes de arrecadação” que serão enviados para a contabilização.

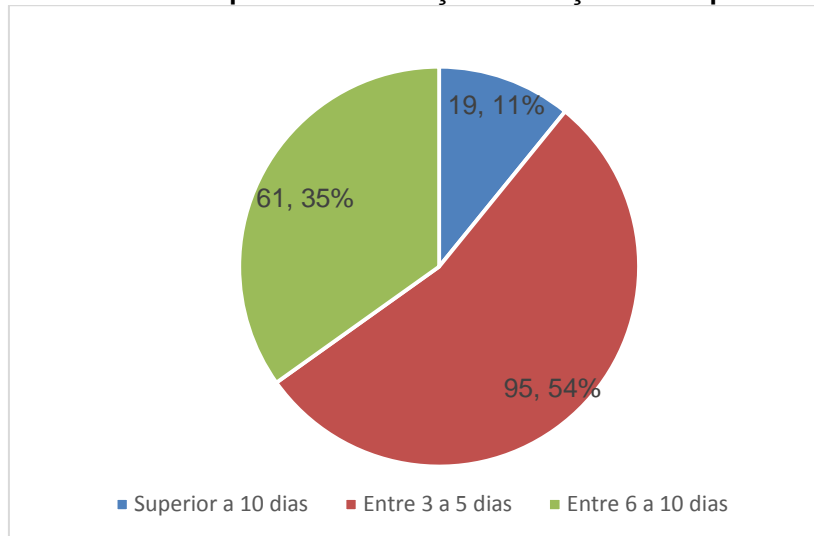
<sup>55</sup> Refere-se ao tempo entre a data de encerramento do “lote de arrecadação” e seu efetivo envio para contabilização.

<sup>56</sup> Prazo total entre a data da arrecadação e seu envio para contabilização (somatório das colunas anteriores).

<sup>57</sup> O prazo de 4,56 dias úteis não considera o dia da arrecadação.

<sup>58</sup> 19 situações cujo prazo foi superior a 10 dias e 61 situações cujo prazo foi entre 6 a 10 dias (vide Gráfico 2).

<sup>59</sup> Este Papel de Trabalho consta como associado no Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.

**Gráfico 2: Prazo para Contabilização - Situações Intempestivas**

Fonte: SUTIC/SEF/DF (PT 08)

57. O processo de contabilização dessas receitas, que envolve a Subsecretaria da Receita – SUREC, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC, a Subsecretaria de Contabilidade – SUCON, além da empresa Cast Informática Ltda. (contratada pela SEF/DF para prestar serviços de manutenção e assistência relacionados ao SIGGo), não é plenamente automatizado, conforme se aduz da manifestação da SUTIC (Ofício nº19/2015 – SUTIC/SEF)<sup>60</sup>, havendo interferência humana<sup>61</sup> eventual em determinados processos e mesmo rotineira em outros.

58. Ademais, a SUTIC expõe que em decorrência de solicitações da SUCON para uma verificação mais amíúde do conteúdo dos arquivos, cuja conferência é feita através de leitura humana, houve um aumento na detecção de inconsistências, o que levou à suspensão preventiva da execução automática da contabilização a fim de evitar a propagação de erros no SIGGo.

59. Essa suspensão ensejou a elevação do nível de interferência humana, o que levou ao aumento do prazo requerido para a contabilização das receitas no SIGGo. De acordo com a SUTIC, esse nível de intervenção no processo tornou-se perigoso, o que ensejou a sua remodelagem.

60. Assim, em junho de 2013, iniciou-se a elaboração de uma solução

<sup>60</sup> eDOC 97D677E1-c: Resposta à Nota de Auditoria nº 05/641/2015-e.

<sup>61</sup> Por parte de usuários da SUCON, de analistas de rede e operadores do Data Center (terceirizados), e do gestor técnico do SIAC/SIGGo.



automática para o processo de contabilização envolvendo a SUTIC, a SUREC, a SUCON e a SUTES, o que culminou no Documento de Oficialização de Demanda (DOD) nº 35/2013, encaminhado à fábrica de software pela solicitação OASIS nº 645/2013, o qual até a presente data ainda não foi implantado.

61. Entretanto, segundo a SUTIC, a fase de desenvolvimento foi concluída, o projeto entrou em homologação e sua implantação está prevista para ocorrer até o término do mês de abril de 2015.

### ***Causas***

62. Alto nível de intervenção humana no processo de contabilização das receitas tributárias (e assemelhadas) no SIGGo.

### ***Efeitos***

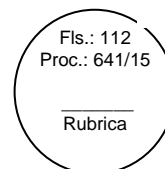
63. Atraso na operacionalização dos recursos distritais com vistas a honrar as obrigações financeiras do GDF.

64. Utilização do instrumento de emissão de GRs no SIGGO para viabilizar a emissão de ordens bancárias (OBs) com vistas à utilização dos recursos disponíveis nas contas bancárias do GDF.

### ***Proposições***

65. Após a manifestação do jurisdicionado sobre os achados de auditoria e seus tópicos, caso inexista alteração do conteúdo destes, serão submetidas à deliberação do egrégio Plenário, ao menos, as seguintes proposições:

- I. determinar à SEF/DF que se ainda não fez, implante o mecanismo proposto no Documento de Oficialização de Demanda nº 35/2013 (solicitação OASIS nº 645/2013), ou outro que entender mais adequado, de modo que o processo de contabilização das receitas tributárias (e assemelhadas) no SIGGo seja efetuado em, no máximo, dois dias úteis após o recolhimento dos recursos aos cofres



distritais, conforme prescrito no Decreto nº 32.598/2010, art. 2º, inciso I;

- II. determinar à SEF/DF, ainda, que elabore e remeta a esta Corte um Plano de Ação com objetivo de implantar as medidas indicadas no item “I”, contendo cronograma de ações completo, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados constando prazo e a unidade/setor responsável pela execução.

### ***Benefícios Esperados***

66. Tornar o procedimento de contabilização das receitas tributárias (e assemelhadas) no SIGGo mais tempestivo e efetivo, de forma a aprimorar a operacionalização dos pagamentos das obrigações financeiras do DF.

### **2.1.3 Achado de Auditoria nº 03 – Inconformidades no procedimento de conciliação bancária das contas do GDF.**

#### ***Critério***

67. A conciliação bancária deve explicar o que ensejou eventuais divergências entre os saldos bancário e contábil, indicando quais registros deixaram de ser computados ou que foram retificados no período a que ela se referir.

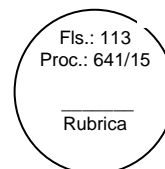
68. Decreto nº 32.598/2010, art. 129. Resolução CFC nº 750/1993, art. 6º - Princípio da Oportunidade.

#### ***Análises e Evidências***

69. Segundo informações extraídas do SIGGo (PT 04<sup>62</sup>), no encerramento do exercício de 2014 havia 1.384 contas bancárias de disponibilidade de caixa<sup>63</sup> cadastradas nesse sistema contábil, incluindo a Conta Única do Tesouro e diversas outras contas correntes, poupança e de aplicações financeiras das Unidades Gestoras do complexo Administrativo do

<sup>62</sup> Extração foi realizada pelo corpo técnico da SEMAG diretamente na base de dados do SIGGo.

<sup>63</sup> As contas contábeis de disponibilidade de caixa no SIGGo são aquelas classificadas como “111110000” a “111113002”.



GDF.

70. Cumpre ressaltar que dentre as referidas contas bancárias, algumas cumprem apenas a finalidade transitória de registrar valores referentes a arrecadação da receita<sup>64</sup>, havendo também algumas contas utilizadas tão-somente para controle das operações internas realizadas pelas instituições financeiras contratadas<sup>65</sup>.

71. Com base nisso, intentou-se realizar um cotejamento dos saldos dessas contas contábeis, no encerramento do exercício de 2014, com as informações constantes de suas conciliações com as contas bancárias, e com saldos e extratos bancários, na medida da disponibilidade desses dados.

72. Salienta-se a dificuldade encontrada junto ao Banco de Brasília S/A – BRB S/A para obter as informações de saldos e extratos bancários vinculados ao erário distrital, que restou inviabilizado sob a alegação da Assessoria Jurídica desta instituição bancária de que haveria suposta quebra de sigilo bancário<sup>66</sup>. Alternativamente, a jurisdicionada realizou a extração das informações requeridas e sugeriu à Equipe de Auditoria que as demandasse aos órgãos responsáveis pela gestão das contas bancárias.

73. O empecilho não impediu a realização desta fiscalização, uma vez que os saldos e extratos bancários, bem como as conciliações referentes aos meses de dezembro/2014 e janeiro/2015 foram providas por outras fontes, conforme detalhado a seguir.

74. Inicialmente tais informações foram solicitadas à SUTES, que encaminhou apenas os dados das contas gerenciadas diretamente pela SEF/DF (contas da UG 130101).

75. Após, em virtude da multiplicidade de contas de disponibilidade de caixa do GDF remanescentes, selecionou-se uma amostra não estatística baseada em um crivo de materialidade, cujo valor de alçada foi de R\$82.914,07 (ao final do exercício de 2014). As informações relativas a essas contas foram

<sup>64</sup> O código contábil destas contas é o “111113001”.

<sup>65</sup> Na Caixa Econômica Federal, por exemplo, essas contas se iniciam por “TF” no campo do código da conta corrente.

<sup>66</sup> e-DOC nº [C0B3BF1E-e](#) (resposta à Nota de Auditoria nº 10\_641/2015).





obtidas junto à SUCON e ao Fundo de Saúde do DF, e permitiram examinar ao menos 99,5% do montante total das disponibilidades de caixa anotadas no SIGGo.

76. Consta da Tabela 8 abaixo um sumário das contas e dos respectivos montantes analisados:

**Tabela 8 – Montantes e quantidade de contas analisados**

<b>Contas do GDF Objeto de Análise</b>				
<b>UG</b>	<b>130101 (SEF)</b>	<b>170901 (FSDF)</b>	<b>Demais UG's</b>	<b>Total</b>
Total de Contas	486	94	131	711
Saldo Total	R\$ 401.824.321,23	R\$ 245.238.679,40	R\$ 396.882.275,01	R\$ 1.043.945.275,64

Fonte: PT 14<sup>67</sup>

77. O resultado do cotejamento das informações de saldo registrado no SIGGO com os respectivos ajustes constantes das conciliações bancárias, no encerramento do exercício de 2014, consta nas Tabelas 9 a 11, segregado por instituição bancária:

**Tabela 9 – Resultado do cotejamento nas contas bancárias no Banco de Brasília**

<b>Banco de Brasília (BRB)</b>				
<b>Conta Contábil</b>	<b>Confere</b>		<b>Não confere</b>	
	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Nº Contas</b>	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Nº Contas</b>
<b>CONTA ÚNICA DO TESOIRO DO DF</b>				
<b>111110201</b>	<b>-18.879.276,22</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>
<b>DEMAIS CONTAS DO DF no BRB</b>				
111110301	33.265.556,83	24	2.662.628,66	2
111110401	1.223,25	1	0,00	0
111110501	71.342.983,76	54	84.870,39	2
111112001	239.353.020,73	30	0,00	0
111112008	38.319.892,18	27	0,00	0
111112012	830.977,70	1	0,00	0
111112019	0,00	0	1.488.099,13	1
111112101	399.504,51	3	0,00	0
111112102	572.875,04	2	0,00	0
111112103	8.217.617,20	2	0,00	0

<sup>67</sup> Este Papel de Trabalho foi associado ao eTCDF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 115  
Proc.: 641/15

Rubrica

111112201	201.716.254,94	48	2.648.811,54	1
111112203	5.917.039,37	20	0,00	0
<b>Total Geral</b>	<b>599.936.945,51</b>	<b>212</b>	<b>6.884.409,72</b>	<b>6</b>

Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PTs 07 e 14<sup>88</sup>)

**Tabela 10 – Resultado do cotejamento nas contas bancárias na Caixa Econômica Federal**

<b>Caixa Econômica Federal (CEF)</b>				
<b>Conta Contábil</b>	<b>Confere</b>		<b>Não confere</b>	
	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Nº Contas</b>	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Nº Contas</b>
111110303	9.803.516,53	2	0,00	0
111110503	44.070.585,39	58	0,00	0
111112202	35.048.043,61	12	0,00	0
111112203	392.041,80	9	0,00	0
111112303	83.083.421,90	31	0,00	0
<b>Total Geral</b>	<b>172.397.609,23</b>	<b>112</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>

Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PTs 07 e 14).

**Tabela 11 - Resultado do cotejamento nas contas bancárias no Banco do Brasil**

<b>Banco do Brasil (BB)</b>				
<b>Conta Contábil</b>	<b>Confere</b>		<b>Não confere</b>	
	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Nº Contas</b>	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Nº Contas</b>
111110302	572.997,02	16	0,00	0
111110502	2.340.402,81	114	2.953.330,08	1
111112008	13.715.503,48	17	0,00	0
111112019	0,00	1	0,00	0
111112201	892.390,14	1	0,00	0
111112202	2.260.336,30	8	3.735.844,24	5
111112203	108.241.593,43	105	0,00	0
111112205	109.840.846,68	85	1.416.976,23	1
<b>Total Geral</b>	<b>237.864.069,86</b>	<b>347</b>	<b>8.106.150,55</b>	<b>7</b>

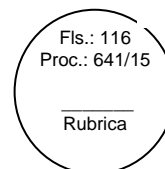
Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PT 07).

78. Conforme se depreende do resultado do referido cotejamento (Tabelas 9 a 11), existem situações em que se observam divergências

---



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



materiais<sup>69</sup>, as quais são apresentadas de forma detalhada, por conta corrente, nas Tabelas 12 e 13, com a indicação da respectiva diferença não conciliada:

**Tabela 12 – Divergências materiais<sup>70</sup> em contas bancárias no Banco do Brasil**

<b>Banco do Brasil (BB)</b>				
<b>Conta Contábil</b>	<b>Conta Corrente</b>	<b>UG</b>	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Valor não conciliado<sup>71</sup> (R\$)</b>
111112202	001420056383-5	210203	210.859,40	R\$ 1.629,20
111110502	001420055345-7	170901	2.953.330,08	-R\$ 18.000,00
111112202	00142005191377-8	170901	207.259,53	R\$ 1.203,17
	0014200535204-7	170901	1.469.309,30	R\$ 8.264,16
	001420055907-2	170901	473.696,50	R\$ 2.414,04
	001420056042-9	170901	1.374.719,51	R\$ 24.866,30
111112205	001420050064858	130101	1.416.976,23	R\$ 270,00

Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PT 07)

**Tabela 13 - Divergências materiais em contas bancárias no Banco de Brasília**

<b>Banco de Brasília (BRB)</b>				
<b>Conta Contábil</b>	<b>Conta Corrente</b>	<b>UG</b>	<b>Valor (SIGGo) (R\$)</b>	<b>Valor não conciliado (R\$)<sup>71</sup></b>
111110301	07000146900000-5	200201	122.527,82	188,03
	07000208014930-4	280209	2.540.100,84	2.521.846,33 <sup>72</sup>
111110501	070001000468493	130101	37,73	37,73
	07000262002328-3	170901	84.832,66	- 1.005,70
111112019	07000214800243-5	220202	1.488.099,13	- 321,66
111112201	070001000179050	130101	2.648.811,54	- 1.000,00

Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PT 07)

79. Cumpre mencionar que houve contas que restaram pendentes de conciliação, em que pese as informações tenham sido solicitadas, as quais encontram-se relacionadas na Tabela 14:

<sup>69</sup> Contidas na coluna “não confere” das Tabelas 9 a 11.

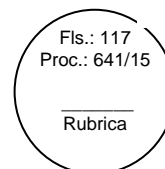
<sup>70</sup> Para as tabelas 12 e 13 o valor não conciliado pode ser identificado no PT nº 07, no campo “Valor não Justificado” combinado com o campo “Resultado da Conferência da Conciliação – SIGGO-BANCO”, restrito à situação “não confere”.

<sup>71</sup> O valor não conciliado corresponde às diferenças entre os saldos contábeis e bancários após verificação dos documentos conciliatórios.

<sup>72</sup> Esta situação foi abordada especificamente no Achado nº 04.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



**Tabela 14 – Pendências de conciliação**

Conta Contábil	Banco	Valor - SIGGO <sup>73</sup>	Nº Contas
111110301	BRB	R\$ 8.366.983,58 <sup>74</sup>	2
111110501	BRB	R\$ 1.021.976,05 <sup>75</sup>	1
111110502	BB	R\$ 0,00	1
111110503	CEF	R\$ 0,00	3
111112001	CEF	R\$ 0,00	1
111112203	CEF	R\$ 0,00	4
111112203	BRB	R\$ 290,64	1
111112303	CEF	R\$ 0,00	6
<b>Total Geral</b>		<b>R\$ 9.389.250,27</b>	<b>19</b>

Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PTs 07 e 14)

80. Além disso, apurou-se a existência de outras inconsistências no que tange a aspectos materiais e formais nos documentos das conciliações bancárias que subsidiaram o cotejamento realizado, as quais são elencadas e quantificadas na Tabela 15:

**Tabela 15 – Outras falhas formais e materiais verificadas nas conciliações bancárias.**

Ref.	Conclusão (Falhas Formais / Falhas Materiais)	Nº de Contas			
		BRB	BB	CEF	TOTAL
1	Conta transitória <sup>76</sup> cuja conciliação é realizada apenas pelo BRB.	1	0	0	1
2	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).	18	8	0	26
3	Classificação equivocada da conta contábil (Falha Formal).	0	1	1	2
4	Não há documentação (OB/outra) de referência, ou esta é insuficientemente detalhada, que comprove o registro da conciliação.	50	9	6	65
5	Não há documentação (OB/outra) de referência na conciliação, todavia foi verificado no SIGGo (Falha Formal).	0	0	2	2
6	Pendências antigas sem regularização.	11	7	4	22
7	Informação "saldo banco" em 31/12 registrada na conciliação difere do valor constante do extrato bancário.	2	1	0	3
<b>TOTAL</b>		<b>82</b>	<b>26</b>	<b>13</b>	<b>121</b>

Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PTs 07 e 14)

<sup>73</sup> As informações de conciliação bancária das contas com valor zerado em 31/12/2014 e com saldo de R\$290,64 não foram encaminhadas quando demandadas, entretanto, devido à baixa materialidade optou-se por não efetuar a reiteração da demanda.

<sup>74</sup> Sendo R\$247.589,65, referente à c/c. nº 070002180006035-6, pertencente à FUNCAL (UG 010202), que encontra-se em liquidação; e R\$ 8.119.393,93, referente à c/c nº 070000100047178-8, pertencente ao Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (UG 110905), cuja conciliação não foi enviada à SUCON até a data de conclusão desta fiscalização

<sup>75</sup> Referente à c/c nº 070000100BANCO, pertencente à SEF/DF(UG 130101). Segundo a SUTES, tal conta é utilizada para pagamentos encaminhados por malote pelo GDF (compromissos do GDF que dependem de autenticação bancária ou regularização de pagamentos em contas que não aceitam sua efetivação direta devido a restrições operacionais no GDF e no BRB). E-doc nº [30C0D925-c](#) (fl. 20).

<sup>76</sup> Conta corrente nº: 07000100BANCO, da UG 13010101. Valor SIGGO 31/12/2014 = R\$1.021.976,05



81. Já a Tabela 16 possui detalhamentos adicionais de diversas inconsistências detectadas nas conciliações bancárias:

**Tabela 16 – Inconsistências detectadas em conciliações bancárias de contas de disponibilidade do GDF**

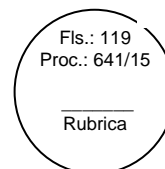
Nº	Inconsistências	Evidências
1	Diferenças não justificadas entre saldo contábil e bancário e/ou inexistência de referência a documentos que comprovem a integridade dos registros contábeis e bancários presentes na conciliação. TABELAS 12,13 e 15 (Ref. 4)	Detectaram-se em 75 contas, diferenças não devidamente evidenciadas e/ou cujos ajustes contábil-financeiros não foram localizados no SIGGo/extratos bancários.
2	Ausência de padronização na metodologia de conciliação das contas de aplicação financeira, havendo diversos casos em que não há distinção de contas de Certificado de Depósito Bancário – CDB e de Fundos de curto prazo. TABELA 15 (Ref. 2)	Foram detectados casos em que a UG não faz distinção entre as aplicações financeiras, somando os saldos destas e prejudicando a evidenciação dos ajustes contábil-financeiros ou mesmo o entendimento do saldo de cada um.
3	Pendências relativas a registros anteriores ao mês de referência da conciliação bancária. TABELA 15 (Ref. 6).	Detectou-se uma elevada quantidade de pendências contábil-financeiras anteriores ao mês de referência da conciliação. Além disso, há pendências que remontam a mais de 5 anos.
4	Divergência entre o saldo bancário constante do extrato e aquele registrado na conciliação bancária. TABELA 15 (Ref. 7).	Nas contas correntes 070002186003044; 07000214800243-5 e 001420051907514, pertencentes às UG's 010901; 220202; 130101, respectivamente foi verificada essa divergência na conciliação bancária de dezembro/2014 frente ao saldo bancário em 31/12/2014.
5	Ausência de padronização do formulário de conciliação, bem como do nível de detalhamento das informações registradas neste.	Algumas UGs somam os valores dos ajustes contábil-financeiros sem evidenciá-los de maneira individual. Bem assim, detectou-se que não há um padrão de formulário de conciliação. Vale dizer que foram identificadas conciliações em que não é inteligível a que se referem os ajustes mencionados.
6	Ausência de padronização da metodologia contábil utilizada nas conciliações. PT 10.1 a 10.9, 11.1, 11.2, 12 <sup>77</sup> (associados ao e-TCDF) e 15 <sup>78</sup> .	Foram detectados casos em que as UGs utilizam critérios oriundos da Contabilidade Bancária para todos os ajustes referentes a transações que constam do SIGGo e não da instituição bancária (UG da SEF/DF), enquanto que outras, o Fundo de Saúde do DF, por exemplo, realiza esses ajustes utilizando critérios de Contabilidade Geral.

<sup>77</sup> Os PTs 10.1 a 10.9, 11.1, 11.2 e 12 estão associados ao Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.

<sup>78</sup> E-doc nº [C9F21F07-e](#).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA



Nº	Inconsistências	Evidências
7	Intempestividade no encaminhamento das conciliações bancárias à SUCON.	<p>Até a data de conclusão deste trabalho, a conciliação referente ao Fundo Garantidor de Parceria Público-Privada, cujo montante no encerramento do exercício de 2014 foi de R\$ 8.119.393,93, não havia sido enviada à SUCON, segundo essa Subsecretaria.</p> <p>Bem assim, diversas UGs encaminharam intempestivamente à SUCON as conciliações bancárias referentes a dezembro de 2014.</p> <p>Por exemplo, os seguintes ajustes conciliatórios foram finalizados apenas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) março de 2015: Fundo de Saúde do DF (170901), fato que compromete a apuração tempestiva do superávit financeiro das fontes de recursos relacionadas à saúde;</li> <li>ii) fevereiro de 2015: FEPECS (170203);</li> <li>iii) ao final de janeiro de 2015: IPREV (320204 e 320203); TCB (200201); DER (200202).</li> </ul> <p>No entanto, o Decreto nº 32.598/2010, art. 129, dispõe que estes devem ser encaminhados à SUCON até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência.</p>

Fonte: SUCON, SUTES, FSDF (PTs 07, e 13)

82. Instada sobre eventuais orientações encaminhadas às UGs do Complexo Administrativo do DF no sentido de padronizar e/ou aprimorar as conciliações bancárias mensais, a SUCON alegou que estabeleceu padrão para conciliação de convênios e que a SUTES e as UGs da Administração Indireta possuem padrão próprio para esses ajustes. Esclareceu, também, que quando constatadas pendências nas conciliações, essa Subsecretaria realiza contato com as UGs e solicita as correções pertinentes (Ofício nº 21-2015-SUCON/SEF)<sup>79</sup>.

83. Outrossim, a SUCON registrou que promove anualmente, ao final de cada exercício, um seminário para orientação dos titulares das unidades gestoras do SIGGo quanto aos documentos que integram os processos de tomadas e prestações de contas, sendo que o tema conciliação bancária integra a pauta do referido evento.

84. Ainda, salientou que as conciliações bancárias sob gestão da

<sup>79</sup> E-doc nº [34096BBC-c](#) (fls. 01/02).



SUTES referentes ao período de fevereiro a agosto/2014 foram encaminhadas à SUCON somente em setembro/2014. Entretanto, segundo esta jurisdição, nesse e nos demais casos de atraso ou mesmo de não elaboração das conciliações, a norma carece de instrumento de caráter punitivo capaz de assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos em lei.

85. Assim, nota-se que as informações trazidas aos autos pela SUCON corroboram o entendimento exposto neste Achado de Auditoria, tendo em vista a intempestividade no envio dos documentos conciliatórios, apontada por esta Subsecretaria, bem como a multiplicidade de padrões de formulários de conciliação bancária, denotando a inexistência de unicidade na apresentação e produção destes, o que fragiliza o controle e monitoramento das informações referentes às contas bancárias geridas pelo complexo administrativo do Governo do Distrito Federal e registradas no SIGGo.

86. A título de benchmarking, cita-se o caso do estado do Rio de Janeiro em que há no sistema contábil local um módulo específico para término de mandato, no qual é possível registrar as conciliações bancárias e submetê-las à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para monitoramento e controle. Algumas das funcionalidades do referido módulo são: relação discriminada de todas as contas bancárias, conciliações bancárias, Restos a Pagar processados e não processados, relação de disponibilidade de caixa discriminada por fonte de recursos, entre outras (PT 08<sup>80</sup>).

### **Causas**

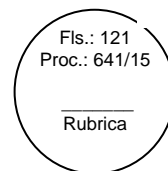
87. Ineficácia da SUCON em monitorar o envio das conciliações bancárias produzidas pelas diversas Unidades Gestoras do Complexo Administrativo do Distrito Federal, bem como em realizar controle de qualidade sobre as informações que lhe são apresentadas.

88. Negligência dos gestores ao não adotar as providências sugeridas pela SUCON para aprimorar e padronizar as conciliações bancárias.

---

<sup>80</sup>Papel de Trabalho associado ao Sistema de Protocolo Eletrônico e-TCDF.





### **Efeitos**

89. Comprometimento da clareza e da transparência das informações contábil-financeiras das contas de disponibilidade do Governo do Distrito Federal. Perpetuação de incompatibilidades das informações entre o agente bancário e o SIGGo. Morosidade na apuração do superávit das fontes de recursos relacionadas à Saúde<sup>81</sup>.

### **Proposições**

90. Após a manifestação do jurisdicionado sobre os achados de auditoria e seus tópicos, caso inexista alteração do conteúdo destes, serão submetidas à deliberação do egrégio Plenário, ao menos, as seguintes proposições:

I. determinar à SEF/DF que:

- a. normatize o procedimento de conciliação bancária das contas de disponibilidade do GDF, de modo a padronizar o modelo de formulário de conciliação, a metodologia contábil empregada e o detalhamento dos registros, entre outros aspectos que entender pertinentes;
- b. monitore o envio das conciliações bancárias por parte das Unidades Gestoras, adotando, tempestivamente, as providências cabíveis no caso de atraso e/ou não encaminhamento destas à SUCON;
- c. realize controle de qualidade das conciliações bancárias encaminhadas à SUCON, a fim de verificar a sua padronização e aderências às normas contábeis, bem como a integridade das informações registradas, atentando para eventuais diferenças não justificadas;
- d. regularize as pendências contábil-financeiras das contas sob sua gestão, bem como coordene a regularização das

---

<sup>81</sup> Matéria tratada nos autos dos Processos 5504/11 e 37.066/07



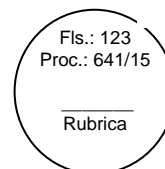
pendências das contas gerenciadas pelas demais Unidades Gestoras do GDF, listadas no Anexo I deste relatório (e contas em situações similares) no que tange a: 1) lançamentos referentes a períodos anteriores ao mês de referência da conciliação bancária, não permitindo que, doravante, estes perdurem até o encerramento do mês subsequente; 2) diferenças não conciliadas (falhas materiais) entre saldo contábil e bancário, elaborando as conciliações bancárias de forma precisa, em atenção ao princípio da oportunidade; 3) lançamentos registrados na conciliação bancária sem referência documental comprobatória, apresentando informações suficientes que demonstrem a integridade dos registros contábeis e bancários presentes na conciliação; 4) demais inconsistências constantes da Tabela 16 e do Anexo I deste relatório;

e. realize estudos com vistas a modernizar o processo de conciliação bancária das contas de disponibilidade do GDF, tornando-o sistematizado, tempestivo e confiável, a exemplo do que ocorre no estado do Rio de Janeiro;

II. determinar à SEF/DF, ainda, que elabore e remeta a esta Corte um Plano de Ação com objetivo de implantar as medidas indicadas no item supra, contendo cronograma de ações completo, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados constando prazo e a unidade/setor responsável pela execução;

### ***Benefícios Esperados***

91. Apuração tempestiva do superávit das fontes de recursos relacionadas à saúde. Aprimoramento e padronização dos registros conciliatórios. Compatibilidade entre as informações contábeis e bancárias. Maior eficiência do processo de conciliação das contas bancária geridas pelos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal.



## **2.2 Outros Achados**

### **2.2.1 Achado de Auditoria nº 04 – Pagamento sem registro contábil no SIGGo com transposição irregular de fonte de recursos.**

#### ***Critério***

92. Os registros contábeis do SIGGo devem refletir com exatidão o saldo bancário da disponibilidade de caixa do Governo Distrito Federal.

93. Toda movimentação bancária deve ter o correspondente e tempestivo registro contábil no SIGGo.

94. Constituição Federal/1988, art. 167, VI82. Lei Complementar nº 101/2001 – LRF, art. 44. Lei nº 4.320/1964, art. 6483. Decreto nº 32.598/2010, art. 76<sup>84</sup>. Resolução CFC nº 750/1993, art. 6º - Princípio da Oportunidade<sup>85</sup>.

#### ***Análises e Evidências***

95. A partir da análise das conciliações das contas relativas às disponibilidades do GDF, identificou-se na conta bancária nº 070.00208.014.930-4<sup>86</sup>, cuja gestora é a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, uma diferença entre os saldos bancário e contábil no montante de R\$ 2.521.846,33 em favor deste. A justificativa para a diferença recaiu inteiramente sobre um lançamento (débito) não registrado no SIGGo e vinculado ao Ofício nº 100\_002.538/2014-PRESI/CODHAB (PT 15)<sup>87</sup>.

96. Após, há uma nota explicativa (PT 15) esclarecendo que a diferença

---

<sup>82</sup> Art. 167. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

<sup>83</sup> Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

<sup>84</sup> Art. 76. As empresas estatais integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social deverão registrar toda sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil no SIAC/SIGGo.

<sup>85</sup> Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

<sup>86</sup> Conta contábil nº 111.110.301.

<sup>87</sup> E-doc nº [C9F21F07](#)-e (fl. 05).



na conciliação dos saldos refere-se a um pagamento autorizado pelo ofício supra. Ato contínuo, colacionou-se o referido expediente, subscrito pelo Diretor da Companhia e pelo Diretor Financeiro à época, e destinado ao Gerente Geral da Agência 208 (Agência Governo) do BRB S/A, cujo teor é transcrito a seguir:

*Senhor Gerente Geral,*

*Solicitamos efetuar o pagamento em favor de Helder Lúcio Rêgo, no valor de R\$ 2.521.846,33 (dois milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos), para pagamento de embargos à execução nº 199.01.1.007395-3, referente ao processo judicial nº 10047/85, na conta corrente nº 230448, agência nº 12300, do Banco do Brasil através de TED – Transferência Eletrônica Disponível, processo nº 392.053.066/2014. O valor deverá ser debitado da conta nº 208.014.930-4.*

97. No entanto, ofício não é documento hábil para operacionalizar a movimentação de contas públicas. Nesse sentido, dispõe o Decreto nº 32.767/2011, art. 3º, §1º, senão veja-se:

*Art. 3º A Diretoria Geral de Gestão Financeira e os órgãos de Administração Financeira das autarquias, empresas públicas e demais entidades a que se refere o art. 2º, emitirão, diariamente, até as 16:00 horas, as “Ordens Bancárias” - OB correspondentes para efetuar os pagamentos de suas obrigações.*

*§1º “Ordem Bancária” – OB é o instrumento hábil para pagamento de despesas por meio da “Conta Única”, e deverá ser emitida por intermédio do SIGGo, e acatada pelo BRB mediante arquivo eletrônico ou magnético, ressalvado o disposto no §2º do art. 70 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010.*

98. Em que pese o referido decreto regulamentar a movimentação de recursos financeiros alocados na Conta Única do Tesouro do DF, tem-se que, por analogia, esse raciocínio deve ser estendido à movimentação das demais contas bancárias do GDF, ou seja, o único documento contábil hábil para movimentar recursos distritais em contas bancárias é a Ordem Bancária, sob pena de obstar o devido registro da movimentação no SIGGo, o que de fato aconteceu no caso em tela, ferindo, assim, o princípio da oportunidade.

99. Sobre o assunto, cabe destacar a infringência ao art. 64 da Lei nº 4.320/1964, que dispõe que:



*Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.*

*Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.* (grifou-se)

100. Noutro giro, verificou-se que os recursos utilizados no referido pagamento são oriundos de fonte vinculada para investimentos (407 – alienação de imóveis). Como não houve prévia autorização legislativa para alterá-la, resta claro que houve transposição de fontes de recursos. Mais, ao utilizar receita de capital derivada da alienação de bens que integram o patrimônio público para pagamento de despesa corrente, os gestores da CODHAB, à época, infringiram o art. 44 da LRF. Vale dizer que a atual gestão da CODHAB corroborou esse entendimento conforme se depreende da leitura da resposta à Nota de Auditoria nº 11\_641/2015-e (Ofício nº505/2015 CODHAB/DF<sup>88</sup>).

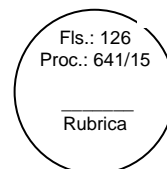
101. Ademais, há indícios de inconsistências no tocante ao valor do pagamento realizado (conforme registrado pela CODHAB nos autos do Processo-GDF nº 392.053.066/2014), tais como dupla correção monetária, exclusão infundada de responsável solidário (empresa Santa Bárbara Engenharia S/A), em que pese a existência de litisconsórcio passivo deste com a CODHAB, entre outros. Tais impropriedades devem ser objeto de apuração em processo específico, com objetivo de verificar a existência de eventual dano ao erário do Distrito Federal.

### **Causas**

102. Negligência dos gestores da CODHAB ao realizar pagamento de obrigação financeira por meio de documento inábil para movimentar contas bancárias do GDF. Usurpação da função legislativa pelos gestores da CODHAB, haja vista a realização de pagamento em fonte de recursos diversa da autorizada na Lei Orçamentária Anual.

---

<sup>88</sup> E-doc nº [08E6186D-c](#).



### ***Efeitos***

103. Perda da fidedignidade e integridade das informações registradas no SIGGo. Deturpação da previsão orçamentária e financeira da CODHAB. Risco de prejuízo ao erário.

### ***Proposições***

104. Após a manifestação do jurisdicionado sobre os achados de auditoria e seus tópicos, caso inexistir alteração do conteúdo destes, serão submetidas à deliberação do egrégio Plenário, ao menos, as seguintes proposições:

- I. determinar à CODHAB que instaure Tomada de Contas Especial, se ainda não o fez, para apurar eventual prejuízo decorrente do pagamento de montante a título de acordo judicial firmado em decorrência do Processo TJDFT nº 10047/1985, bem assim dos Embargos à Execução, Processo TJDFT nº 1999.01.1.007395-3;
- II. determinar à SEF/DF que, doravante, ao detectar nas conciliações bancárias a existência de pagamentos sem a emissão de Ordem Bancária, requeira à Unidade Gestora a adoção das providências pertinentes para o seu imediato e efetivo registro no SIGGo.

### ***Benefícios Esperados***

105. Aprimorar a fidedignidade dos dados contábeis registrados no SIGGo, bem como a correta e transparente utilização dos recursos públicos distritais.

Brasília (DF), 21 de março de 2015.



## Anexo I

A - LISTA DE CONTAS COM PENDÊNCIAS ANTIGAS NAS CONCILIAÇÕES		
BANCO DE BRASÍLIA		
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE
170901	111110301	070002088351013
		07000262000554-4
		07000262000578-1
		07000262002084-5
	111110501	07000262002255-4
		07000262002259-7
		07000262002402-6
		07000262002404-2
		07000262002405-0
		07000262000578-1
111112001	07000262000578-1	
320203	111110301	07000212011460-3
BANCO DO BRASIL		
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE
130101	111110302	001420051908146
170901	111110502	001420055340-6
		001420055341-4
		001420055344-9
		001420055345-7
	111112203	001420055340-6
		001420055344-9
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE
130101	111110503	104000270000086
		104000270000256
		104000276470254
		104000276470262





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 128  
Proc.: 641/15

Rubrica

B - LISTA DE CONTAS COM FALHA MATERIAL NA CONCILIAÇÃO				
BANCO DE BRASÍLIA				
UG	CONTA CONTÁBIL	NO_CONTACONTABIL	CONTA CORRENTE	Valor não conciliado
130101	111110501	= BANCO DE BRASÍLIA S/A	070001000468493	R\$ 37,73
	111112201	= CDB	070001000179050	-R\$ 1.000,00
170901	111110501	= BANCO DE BRASÍLIA S/A	07000262002328-3	-R\$ 1.005,70
200201	111110301	= BANCO DE BRASÍLIA S/A	07000146900000-5	R\$ 188,03
220202	111112019	= CDB/RDB	07000214800243-5	-R\$ 321,66
280209	111110301	= BANCO DE BRASÍLIA S/A	07000208014930-4	R\$ 2.521.846,33
BANCO DO BRASIL				
UG	CONTA CONTÁBIL	NO_CONTACONTABIL	CONTA CORRENTE	Valor não conciliado
130101	111112205	= POUPANÇA VINCULADA	001420050064858	R\$ 270,00
170901	111110502	= BANCO DO BRASIL	001420055345-7	-R\$ 18.000,00
	111112202	= POUPANÇAS	00142005191377-8	R\$ 1.203,17
		= POUPANÇAS	0014200535204-7	R\$ 8.264,16
		= POUPANÇAS	001420055907-2	R\$ 2.414,04
		= POUPANÇAS	001420056042-9	R\$ 24.866,30
210203	111112202	= POUPANÇAS	001420056383-5	R\$ 1.629,20

C - LISTA DE CONTAS CUJO VALOR DE SALDO BANCÁRIO EM 31/12 REGISTRADO NA CONCILIAÇÃO DIFERE DO VALOR REGISTRADO NO EXTRATO BANCÁRIO (FALHA MATERIAL NA CONCILIAÇÃO)				
BANCO DE BRASÍLIA				
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	NO_CONTACONTABIL	DIFERENÇA EXISTENTE
10901	111112001	070002186003044	= CDB	R\$ 131.502,46
220202	111112019	07000214800243-5	= CDB/RDB	-R\$ 494,78
BANCO DO BRASIL				
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	NO_CONTACONTABIL	DIFERENÇA EXISTENTE
130101	111112203	001420051907514	= FUNDO CURTO PRAZO	-R\$ 30.031,75



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 129  
Proc.: 641/15

Rubrica

<b>D - LISTA DE CONTAS COM AUSÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DE DETALHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA</b>		
<b>BANCO DE BRASÍLIA</b>		
<b>UG</b>	<b>CONTA CONTÁBIL</b>	<b>CONTA CORRENTE</b>
<b>130101</b>	<b>111110501</b>	070001000404401
<b>130201</b>	<b>111110301</b>	07000212900002-3
<b>170202</b>	<b>111112008</b>	07000200830102-2
	<b>111112102</b>	07000200003188-3
<b>170901</b>	<b>111110501</b>	07000262002185-0
		07000262002187-6
		07000262002188-4
		07000262002189-2
		07000262002190-6
		07000262002195-7
		07000262002249-0
		07000262002263-5
		07000262002282-1
		07000262002283-0
		07000262002335-6
		07000262002337-2
		07000262002605-3
		07000262002703-3
		07000262002818-8
		07000262002819-6
		07000262002822-6
		07000262002823-4
<b>170901</b>	<b>111112001</b>	07000262000590-0
		07000262002084-5
<b>170901</b>	<b>111112201</b>	07000262002185-0
		07000262002186-8
		07000262002187-6
		07000262002188-4
		07000262002189-2
		07000262002190-6
		07000262002195-7
		07000262002249-0
		07000262002271-6
		07000262002282-1
		07000262002283-0
		07000262002316-0
		07000262002317-8
		07000262002318-6
		07000262002322-4
		07000262002327-5
		07000262002329-1
		07000262002330-5
		07000262002331-3
		07000262002338-0
		07000262002340-2
		07000262002341-0
		07000262002342-9



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 130  
Proc.: 641/15

Rubrica

D - LISTA DE CONTAS COM AUSÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DE DETALHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA		
BANCO DE BRASÍLIA		
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE
200202	111110301	070001468000370
220201	111110301	070002138000944
320204	111110501	07000212011487-5
BANCO DO BRASIL		
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE
130101	111110302	0014200560801
	111110502	0014200555387
	111112203	00142005006467X
160903	111110302	00142005006074-7
170901	111110502	001420055343-0
	111112202	001420055757-6
		001420056547-1
	111112203	001420055341-4
		001420056376-2
CEF		
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE
130101	111110503	104000276470394
	111110503	104000270001325
		104000276471358
		104000276471366
		104000276471528
		104000279020055

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 131  
Proc.: 641/15

Rubrica

E-LISTA DE CONTAS COM OUTRAS INCONSISTÊNCIAS NA CONCILIAÇÃO			
BANCO DE BRASÍLIA			
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	CONCLUSÃO (FALHA FORMAL)
130101	111110501	07000100BANCO	Conta transitória cuja conciliação é realizada apenas pelo BRB.
	111112201	070001000166799	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000167507	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000180988	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000186765	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000404401	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000404886	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000414970	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000468493	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001008011913	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
	111112203	070001000166799	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000167507	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000180988	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000186765	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000404401	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000404886	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000414970	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001000468493	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		070001008011913	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
PRIMEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 132  
Proc.: 641/15

Rubrica

E-LISTA DE CONTAS COM OUTRAS INCONSISTÊNCIAS NA CONCILIAÇÃO			
BANCO DO BRASIL			
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	CONCLUSÃO (FALHA FORMAL)
130101	111112203	001420050062758	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		001420050064874	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		001420050065110	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		001420050065641	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
	111112205	001420050062758	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		001420050064874	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		001420050065110	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
		001420050065641	Contas de tipos distintos (CDB e fundo) agregadas na mesma conciliação (Falha Formal).
150201	111112203	001420055786-X	Classificação equivocada da conta contábil (Falha Formal).
CEF			
UG	CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	CONCLUSÃO (FALHA FORMAL)
130101	111110303	10400027000001627	Classificação equivocada da conta contábil (Falha Formal).